

Anexo II

Legislação federal relevante.

Destacamos aqui as principais Leis federais que tratam de cada matéria:

- **Lei Nº 8.987/1995:** Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da prestação de serviços públicos previstos no Art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências,
- Lei Nº 9.790/1999: Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OS/OSCIP), Institui e Disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências,
- **Lei Nº 11.079/2004:** Institui normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público Privado (PPP) no âmbito da Administração pública, União, Estados e Municípios,
- Lei Nº 12.766/2012: Altera a Lei 11.079/2004, institui normas gerais para a licitação e contratação de Parcerias Público Privado no âmbito da Administração Pública para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado e dá outras providências.
- **Lei Nº 13.019/2014:** Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não a transferência de recursos financeiros entre a Administração pública e as Organizações da Sociedade Civil em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento e altera as Leis 8.429/1992 e 9.790/1999.
- **Lei 13.800/2019:** Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades públicas com organizações gestoras de fundos patrimoniais.
- **Lei Nº 14.026/2020:** Atualiza o Marco legal do Saneamento Básico e altera a Lei 9.984/2000 para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento e dá outras providências, e
- Lei Nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações e Contratos.

Observação:

As leis negritadas têm seus textos legais na íntegra compilados no Anexo III.